

# **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

**ACEF S.A.**

31 de dezembro de 2017 e 2016  
com Relatório do Auditor Independente

## **ACEF S.A.**

### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2017 e 2016

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

#### Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais .....	7
Demonstrações dos resultados .....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	13



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**ACEF S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ACEF S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da ACEF S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

## **Reconhecimento de receita**

As receitas da Companhia e de suas controladas são originadas substancialmente pela prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação e pós graduação). Os valores da receita são reconhecidos quando os serviços são prestados, conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa nº 2.4. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados mensalmente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita dentro do adequado período contábil associado à época da prestação do serviço. Em função da magnitude dos valores envolvidos, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

## **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento da receita incluíram, entre outros:

- Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita, em bases amostrais, de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, considerando as datas efetivas da prestação dos serviços, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta das nossas expectativas;
- Testes de mensalidades provenientes de alunos aderidos ao Programa de Financiamento Estudantil - FIES, em bases amostrais, incluindo a análise da comprovação da adesão do aluno ao referido programa e regularidade dos contratos. Verificamos se as correspondentes receitas foram registradas no período adequado, tendo em vista a confirmação (aprovação) do financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

- Análise, em bases amostrais, dos montantes faturados e sua reconciliação com os registros contábeis;
- Testes da apropriação ao resultado de receitas inicialmente reconhecidas como mensalidades antecipadas, em bases amostrais, e sua reconciliação com os registros contábeis; e
- Avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.4 e 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura**

De acordo com as práticas contábeis vigentes, a Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo ágio. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo desta conta era R\$ 63.618 mil, e estão divulgados nas notas explicativas nº 2.13 e 9.b às demonstrações financeiras.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e sua controlada nos anos subseqüentes ao encerramento do ano corrente. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos principais procedimentos de auditoria relacionados ao assunto incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro;
- Testes de conferência dos valores contábeis utilizados nas projeções, bem como discussões com a administração para análise e definição das unidades geradoras de caixa;
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade do ágio, as quais estão incluídas nas notas explicativas anteriormente mencionadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 2.13 e 9.b, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e/ou sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e controladas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Emerson', is written over the printed name and registration information.

Emerson Pompeu Bassetti  
Contador CRC-1SP251558/O-0



## ACEF S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Notas</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>26.687</b>	10.016	<b>39.612</b>	13.523
Contas a receber	5	<b>24.873</b>	22.693	<b>33.564</b>	28.267
Tributos a recuperar		<b>994</b>	821	<b>1.130</b>	861
Outros créditos	6	<b>972</b>	521	<b>9.045</b>	3.575
Total do ativo circulante		<b>53.526</b>	34.051	<b>83.351</b>	46.226
Não circulante					
Contas a receber	5	<b>92</b>	146	<b>92</b>	146
Depósitos judiciais		<b>2.961</b>	682	<b>3.943</b>	1.565
Outros créditos	6	-	-	<b>19.600</b>	-
Investimentos	7	<b>126.951</b>	142.769	<b>42</b>	42
Imobilizado, líquido	8	<b>14.857</b>	13.966	<b>63.021</b>	56.669
Intangível, líquido	9	<b>467</b>	507	<b>82.479</b>	93.606
Total do ativo não circulante		<b>145.328</b>	158.070	<b>169.177</b>	152.028
Total do ativo		<b>198.854</b>	<b>192.121</b>	<b>252.528</b>	<b>198.254</b>

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	<b>187</b>	493	<b>287</b>	628
Debêntures a pagar	11	<b>24.159</b>	355	<b>24.159</b>	355
Fornecedores		<b>1.437</b>	1.252	<b>1.935</b>	2.111
Obrigações com partes relacionadas	15	-	-	<b>280</b>	-
Obrigações trabalhistas	13	<b>8.495</b>	8.646	<b>11.688</b>	11.279
Obrigações tributárias	14	<b>5.117</b>	4.477	<b>5.987</b>	5.373
Adiantamento de clientes		<b>2.460</b>	109	<b>5.698</b>	109
Obrigações de arrendamento mercantil	12	-	-	<b>1.282</b>	-
Obrigações por aquisições de participações societárias	17	<b>3.015</b>	3.223	<b>3.015</b>	3.223
Receita diferida	18	-	-	<b>842</b>	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>44.870</b>	18.555	<b>55.173</b>	23.078
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	112	-	112
Debêntures a pagar	11	<b>97.600</b>	121.522	<b>97.600</b>	121.522
Obrigações tributárias	14	<b>1.614</b>	2.874	<b>1.614</b>	2.874
Provisão para demandas judiciais	16	<b>6.341</b>	1.812	<b>8.056</b>	3.422
Obrigações de arrendamento mercantil	12	-	-	<b>28.658</b>	-
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	<b>5.000</b>	7.500	<b>5.000</b>	7.500
Receita diferida	18	-	-	<b>12.998</b>	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>110.555</b>	133.820	<b>153.926</b>	135.430
Patrimônio líquido					
Capital social	20	<b>27.700</b>	22.000	<b>27.700</b>	22.000
Reservas de lucros	20	<b>15.729</b>	17.746	<b>15.729</b>	17.746
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>43.429</b>	39.746	<b>43.429</b>	39.746
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>198.854</b>	192.121	<b>252.528</b>	198.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ACEF S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	24	<b>211.129</b>	183.749	<b>290.947</b>	257.321
Custo dos serviços prestados	25	<b>(106.273)</b>	(92.447)	<b>(152.907)</b>	(144.633)
Lucro bruto		<b>104.856</b>	91.302	<b>138.040</b>	112.688
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	25	<b>(30.155)</b>	(28.914)	<b>(40.868)</b>	(39.630)
Depreciação e amortização	25	<b>(2.744)</b>	(2.576)	<b>(9.061)</b>	(8.663)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	<b>(9.213)</b>	(7.149)	<b>(13.479)</b>	(7.981)
Resultado de equivalência patrimonial	7	<b>12.112</b>	2.282	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	25	<b>(28.331)</b>	2.161	<b>(25.781)</b>	1.794
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		<b>46.525</b>	57.106	<b>48.851</b>	58.208
Receitas financeiras	26	<b>1.408</b>	1.432	<b>1.950</b>	1.552
Despesas financeiras	26	<b>(20.814)</b>	(24.592)	<b>(23.576)</b>	(25.789)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>27.119</b>	33.946	<b>27.225</b>	33.971
Imposto de renda e contribuição social	23	<b>(1.422)</b>	(1.194)	<b>(1.528)</b>	(1.219)
Lucro líquido do exercício		<b>25.697</b>	32.752	<b>25.697</b>	32.752
Média ponderada das ações no exercício	21	<b>400.182</b>	400.182		
Lucro básico e diluído por ação em reais	21	<b>64,21</b>	81,84		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ACEF S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	<b>25.697</b>	32.752	<b>25.697</b>	32.752
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<b>25.697</b>	32.752	<b>25.697</b>	32.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ACEF S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	
		Futuro aumento de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.869	15.131	5.020	1.374	6.394	-	28.394	
Aumento de capital	20.a	15.131	(15.131)	-	-	-	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	5.700	-	5.700	5.700	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.752	32.752	
Destinação do resultado do exercício								
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	-	1.638	1.638	(1.638)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	-	(7.779)	
Dividendos adicionais distribuídos	20.d	-	-	-	-	-	(19.321)	
Retenção de lucros	20.c	-	-	4.014	-	4.014	(4.014)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		22.000	-	14.734	3.012	17.746	-	39.746
Aumento de capital	20.a	5.700	-	(5.700)	-	(5.700)	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.697	25.697
Destinação do resultado do exercício								
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	-	1.285	1.285	(1.285)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	-	(6.103)	
Dividendos adicionais distribuídos	20.d	-	-	-	-	-	(15.911)	
Retenção de lucros	20.c	-	-	2.398	-	2.398	(2.398)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		27.700	-	11.432	4.297	15.729	-	43.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ACEF S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27.119	33.946	27.225	33.971
Resultado de equivalência patrimonial	(12.112)	(2.282)	-	-
Depreciação e amortização	2.744	2.576	9.061	8.663
Amortização do custo de captação	152	66	152	66
Encargos financeiros sobre financiamentos	472	8.749	687	8.941
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	(53)	1.054	(53)	1.054
Juros de debêntures	15.454	12.265	15.454	12.265
Ajuste a valor presente arrendamento mercantil	18	-	1.516	-
Provisão para demanda judicial	4.529	459	4.634	866
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.213	7.149	13.479	7.981
Baixa de imobilizado e intangível	25.961	12	25.399	53
<b>Decréscimo (acréscimo) em ativos</b>				
Mensalidades a receber	(11.357)	(2.622)	(18.740)	(5.555)
Depósitos judiciais	(2.279)	132	(2.378)	308
Outros créditos	(451)	(59)	(570)	1.456
<b>(Decréscimo) acréscimo em passivos</b>				
Fornecedores	185	(299)	(176)	(428)
Obrigações trabalhistas	(151)	1.078	409	(1.002)
Obrigações tributárias	(1.005)	(1.131)	(1.114)	(1.849)
Obrigações com parte relacionadas	-	-	280	-
Mensalidades antecipadas	2.351	(2.545)	5.589	(3.877)
	<b>60.790</b>	<b>58.548</b>	<b>80.854</b>	<b>62.913</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.210)	(207)	(1.329)	(207)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<b>59.580</b>	<b>58.341</b>	<b>79.525</b>	<b>62.706</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Dividendos recebidos de controladas	2.000	-	-	-
Obrigações por aquisições de participações societárias	(2.655)	(5.357)	(2.655)	(5.357)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(2.905)	-	-
Aumento de investimentos em controladas	-	(950)	-	-
Acréscimo no imobilizado	(3.346)	(3.091)	(9.897)	(7.992)
Acréscimo no intangível	(280)	(153)	(384)	(254)
Recebimento pela venda de ativo	-	-	1.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<b>(4.281)</b>	<b>(12.456)</b>	<b>(11.936)</b>	<b>(13.603)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.700	-	5.700
Dividendos pagos	(22.014)	(27.100)	(22.014)	(27.100)
Empréstimos e financiamentos pagos	(890)	(9.433)	(1.140)	(9.833)
Pagamento de encargos financeiros de debêntures	(15.724)	(12.406)	(15.724)	(12.406)
Pagamento de arrendamento mercantil	-	-	(2.622)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<b>(38.628)</b>	<b>(43.239)</b>	<b>(41.500)</b>	<b>(43.639)</b>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<b>16.671</b>	<b>2.646</b>	<b>26.089</b>	<b>5.464</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	10.016	7.370	13.523	8.059
No fim do exercício	26.687	10.016	39.612	13.523
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<b>16.671</b>	<b>2.646</b>	<b>26.089</b>	<b>5.464</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

A ACEF S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede na Av. Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 - Pq. Universitário - Franca - SP. A Companhia e sua controlada direta têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados.

#### Aquisição de controlada

Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia concluiu as negociações da aquisição de 100% das quotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. (“CEUNSP”). O Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio possui atualmente 150 cursos, turnos e habilitações, sendo do Jardim da Infância à Pós-Graduação, na região de Itu e Salto.

### **2. Políticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na nota explicativa 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--continuação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de março de 2018

#### 2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ACEF S.A. e sua controlada apresentada abaixo:

<u>Razão social</u>	<u>País sede</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	Brasil	99,99%	99,99%

A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados na consolidação.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### 2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, somada ao valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.



## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis--continuação**

#### **2.2. Combinação de negócios--continuação**

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida estiverem relacionados a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

A aquisição efetuada até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi realizada pela aquisição integral das quotas da empresa adquirida, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

#### **2.3. Classificação circulante e não circulante**

A Companhia e sua controlada apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) for mantido principalmente para negociação;
- (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis—continuação**

#### 2.3. Classificação circulante e não circulante--Continuação

- (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) for mantido principalmente para negociação;
- (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia e sua controlada classificam todos os demais passivos no não circulante.

#### 2.4. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

##### Venda de produtos

A receita de venda de livros e apostilas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis—continuação**

#### **2.4. Reconhecimento de receita--Continuação**

##### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### **2.5. Tributos**

Em decorrência da alteração da forma jurídica da Companhia, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de 1º de outubro de 2011:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto Sobre Serviços ("ISS");
- (ii) Incidência de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o lucro real anual, ajustado pelo cálculo do lucro da exploração.
- (iii) Incidência de PIS e COFINS cumulativo e não cumulativo sobre a receita bruta mensal, exceto as isentas pelo PROUNI (Programa Universidade para Todos).

##### Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e sua controlada são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis--continuação**

#### 2.5. Tributos--continuação

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

#### Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis--continuação**

#### **2.5. Tributos--continuação**

Para a Companhia e sua controlada, as regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. A partir de julho de 2016 a Companhia e sua controlada, passaram a recolher 0,65% de PIS e 4,00% de Cofins respectivamente decorrentes de receitas com aplicações financeiras.

Sob as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

#### **2.6. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e sua controlada consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

(i) Ativos financeiros

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia e/ou sua controlada incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis--continuação**

#### 2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

##### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e/ou sua controlada não possuem investimentos mantidos até o vencimento ou investimentos financeiros disponíveis para venda.

##### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou sua controlada que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38.

Derivativos e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia e sua controladora não possuíam instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria.

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--continuação

#### 2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

##### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- São transferidos seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) não foram transferidos nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que fosse amortizado, dos dois o menor.

##### (ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e/ou sua controlada avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis--continuação**

#### 2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

##### Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e/ou sua controlada inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos.

Se a Companhia e/ou sua controlada concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e/ou sua controlada. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão.



## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis--continuação**

#### 2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e/ou sua controlada incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

##### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis--continuação**

#### **2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação**

##### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

##### Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

##### (iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia e sua controlada concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registramos o ajuste.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis--continuação**

#### **2.9. Investimentos em controladas**

Os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--continuação

#### 2.10. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e/ou sua controlada irão obter as propriedades ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis—continuação**

#### **2.10. Imobilizado--Continuação**

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

#### **2.11. Arrendamento mercantil**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e/ou sua controlada basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia e/ou sua controlada obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

A Companhia possui um contrato de aluguel de imóvel, classificado como arrendamento mercantil financeiro em uma operação de venda e leaseback financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são aqueles em que a arrendadora transfere substancialmente riscos e benefícios inerentes a propriedade a arrendatária, o recebível é então reconhecido pelo menor valor entre o valor justo e valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros referentes ao arrendamento financeiro são reconhecidos na demonstração de resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis—continuação**

#### **2.11. Arrendamento mercantil--Continuação**

Os juros decorrentes do arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o seu período de vigência contratual.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

#### **2.12. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Políticas contábeis—continuação**

### **2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 30 de setembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Políticas contábeis—continuação**

### **2.14. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou sua controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **2.15. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou sua controlada possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **2.16. Adiantamento de clientes**

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

### **2.17. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou sua controlada não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.



## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Políticas contábeis—continuação**

### **2.18. Informação por segmento**

A Companhia e/ou sua controlada estão organizadas em um único segmento operacional. Os cursos oferecidos, seus campus e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes.

### **2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017**

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

#### Alterações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação

As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais). A Companhia forneceu informações para o período atual e para fins de comparação na nota explicativa 19.

### **2.20. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017**

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas em 31 de dezembro de 2017 são abaixo apresentadas:

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia e sua controlada planejam adotar a nova norma na data efetiva não fará reapresentação de informações comparativas, seguindo a IFRS 9.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis—continuação

#### 2.20. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017--continuação

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas. A Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

##### (a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

##### (b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, em montante suficiente para cobrir as perdas, de acordo com análise dos percentuais históricos, considerando o período de maturação na carteira de clientes e a inadimplência do período.

##### (c) Contabilidade de hedge

A Companhia não possui transações de hedge, portanto não espera impactos na adoção da norma.

##### IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de serviços para um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis—continuação

#### 2.20. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017--continuação

A aplicação é exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O IFRS 15 elimina a obrigatoriedade de se considerar o componente de financiamento significativo somente para contratos com prazo superior a doze meses, em relação ao cálculo de AVP (ajuste a valor presente). Em 2016, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, que foi continuada com uma análise mais detalhada, concluída em 2017. A Companhia atua na prestação de serviços educacionais de todos os níveis na edição de materiais didáticos, livros e demais atividades correlatas.

##### (a) Venda de bens

Para contratos com clientes em que geralmente se espera a venda de materiais didáticos, a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia.

##### (i) Contraprestação variável

Alguns contratos com clientes oferecem direito à devolução da matrícula/mensalidade parcial, conforme contrato, ou descontos comerciais.

Atualmente, a Companhia reconhece a receita de serviços mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subvenções e descontos comerciais.

##### (i) Prestação de serviços

De acordo com a IFRS 15, a alocação da receita de serviços será efetuada com base nos contratos de prestação de serviços educacionais, individuais. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, de acordo com a IFRS 15, a Companhia continuaria a reconhecer a receita desses contratos de serviços/componentes de serviços de contratos agrupados ao longo do tempo, em vez fazê-lo de forma pontual.

Dessa forma, quando da adoção da IFRS 15, a Companhia não terá impacto relevante no registro do contas a receber.

##### (ii) Adiantamentos recebidos de clientes

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. De acordo com a política contábil atual, a Companhia apresenta referidos adiantamentos como Receita diferida na rubrica passivo circulante no balanço patrimonial.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis—continuação

#### 2.20. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017--continuação

De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos.

A Companhia concluiu que não há um componente de financiamento significativo nesses contratos.

##### (c) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor, representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 2017, a Companhia continuou a testar sistemas adequados, controles internos, políticas e procedimentos necessários para coletar e divulgar as informações necessárias.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do IFRS 15 e entende que não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras.

##### IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil) foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Políticas contábeis—continuação**

#### **2.20. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017--continuação**

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia e suas subsidiárias avaliarão o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-continuação**

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia e sua controlada utilizam seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e sua controlada direta estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independente do respectivo resultado final.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-continuação

#### Provisões para demandas judiciais--continuação

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão na Companhia, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

#### Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e sua controlada.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	1	11	1	13
Equivalentes de caixa	<b>26.686</b>	10.005	<b>39.611</b>	13.510
<b>Total</b>	<b>26.687</b>	10.016	<b>39.612</b>	13.523

Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mensalidades	(a)	42.561	33.019	58.880	46.346
Crédito universitário	(b)	5.406	12.982	5.388	12.982
Acordos em andamento	(c)	2.534	1.951	3.912	2.991
Outras contas a receber		1.796	1.937	3.477	2.437
Subtotal		52.297	49.889	71.657	64.756
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(27.314)	(27.050)	(37.983)	(36.343)
Ajuste a valor presente		(18)		(18)	
<b>Total</b>		<b>24.965</b>	<b>22.839</b>	<b>33.656</b>	<b>28.413</b>
<b>Circulante</b>		<b>24.873</b>	<b>22.693</b>	<b>33.564</b>	<b>28.267</b>
<b>Não circulante</b>		<b>92</b>	<b>146</b>	<b>92</b>	<b>146</b>

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.

(b) Compreende as mensalidades a receber que foram objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Controladora e sua controlada.

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas n.º 21 e n.º 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

(c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito.

(d) A Companhia e sua controlada constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes e a inadimplência do período. A Companhia e suas controladas constituem provisão integral para os títulos vencidos acima de 180 dias.



## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5.Contas a receber--continuação

A movimentação da provisão para créditos para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>( = ) Saldos em 31/12/2015</b>	19.901	28.362
( +/-) Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.149	7.981
<b>( = ) Saldos em 31/12/2016</b>	27.050	36.343
Constituições de provisão para créditos de		
( +/-) liquidação duvidosa	<b>9.213</b>	<b>13.479</b>
(-) Baixa para perdas	<b>(8.949)</b>	<b>(11.839)</b>
<b>( = ) Saldos em 31/12/2017</b>	<b>27.314</b>	<b>37.983</b>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2017	%	31/12/2016	%
<b>A vencer</b>				
Crédito universitário	5.406	10%	12.982	26%
Mensalidades a receber	-	0%	146	0%
Acordos em andamento	1.019	2%	586	1%
Outras contas a receber	1.796	3%	1.937	4%
<b>Vencidos</b>				
Até 180 dias	16.762	32%	7.188	14%
Acima de 180 dias	27.314	52%	27.050	54%
Total	<b>52.297</b>	<b>100%</b>	49.889	100%

	Consolidado			
	31/12/2017	%	31/12/2016	%
<b>A vencer</b>				
Crédito universitário	5.388	8%	12.982	20%
Mensalidades a receber	-	0%	146	0%
Acordos em andamento	1.407	2%	1.155	2%
Outras contas a receber	3.259	5%	2.437	4%
<b>Vencidos</b>				
Até 180 dias	23.620	33%	11.693	18%
Acima de 180 dias	37.983	53%	36.343	56%
Total	<b>71.657</b>	<b>100%</b>	64.756	100%

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de venda de imóvel (a)	-	-	24.500	-
Adiantamentos	166	94	1.835	3.019
Outros créditos	806	427	2.310	556
<b>Total</b>	<b>972</b>	<b>521</b>	<b>28.645</b>	<b>3.575</b>
Circulante	972	521	9.045	3.575
Não circulante	-	-	19.600	-

- (a) Refere-se a compromisso de compra e venda celebrado em 20 de março de 2017 pela controlada direta Ceunsp com Motriz Participações Ltda. Os valores a custo do imóvel e mais valia foram baixados e reconhecidos de acordo com os critérios de reconhecimento inicial de que tratam o CPC 06, divulgados na nota explicativa 8.

### 7. Investimentos

#### a) Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	44.234	27.377	-	-
Ágio não incorporado gerado na aquisição da CEUNSP	82.675	112.445	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital na CEUNSP	-	2.905	-	-
<b>Total</b>	<b>126.909</b>	<b>142.727</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Acervo histórico	42	42	42	42
<b>Total</b>	<b>126.951</b>	<b>142.769</b>	<b>42</b>	<b>42</b>

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Investimentos--continuação

#### b) Movimentação de Investimentos

	<b>CEUNSP</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>136.590</u>
Equivalência patrimonial	6.352
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	<u>(4.070)</u>
Equivalência patrimonial	2.282
Aumento de capital	950
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>2.905</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>142.727</u>
Equivalência patrimonial	<b>15.952</b>
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	<u><b>(3.840)</b></u>
Equivalência patrimonial	<b>12.112</b>
Distribuição de dividendos	<b>(2.000)</b>
Baixa de investimentos	<b>(25.930)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u><b>126.909</b></u>

(i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Investimentos--continuação

#### c) Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada

Controlada direta em 31 de dezembro de 2016

	<u>CEUNSP</u>
% de Participação	99,99%
Ativo circulante	12.792
Ativo não circulante	24.240
Total do ativo	<u>37.032</u>
Passivo circulante	5.140
Passivo não circulante	1.610
Patrimônio líquido	30.282
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>37.032</u>
Receita líquida	73.572
Custo dos serviços prestados	(53.786)
Despesas operacionais, líquidas	(12.332)
Despesas financeiras, líquidas	(1.077)
Imposto de renda e contribuição social	(25)
Lucro líquido do exercício	<u>6.352</u>

Controlada direta em 31 de dezembro de 2017

	<u>CEUNSP</u>
% de Participação	99,99%
Ativo circulante	29.825
Ativo não circulante	68.081
Total do ativo	<u>97.906</u>
Passivo circulante	10.301
Passivo não circulante	43.371
Patrimônio líquido	44.234
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>97.906</u>
Receita líquida	79.817
Custo dos serviços prestados	(47.588)
Despesas operacionais, líquidas	(13.951)
Despesas financeiras, líquidas	(2.220)
Imposto de renda e contribuição social	(106)
Lucro líquido do exercício	<u>15.952</u>

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8.Imobilizado

#### a) Controladora

	% - Taxa depreciação	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Acervo bibliográfico	10	7.331	(3.958)	3.373	7.072	(3.385)	3.687
Veículos	20	309	(272)	37	309	(248)	61
Equipamentos de informática	20	5.679	(4.137)	1.542	5.256	(3.563)	1.693
Máquinas e equipamentos	10	9.544	(5.476)	4.068	8.427	(4.898)	3.529
Móveis e utensílios	10	3.592	(2.286)	1.306	3.360	(2.134)	1.226
Instalações	10	694	(654)	40	694	(639)	55
Benfeitorias	(a)	3.223	(601)	2.622	1.868	(341)	1.527
Outras imobilizações	10	2.430	(561)	1.869	2.615	(427)	2.188
		<b>32.802</b>	<b>(17.945)</b>	<b>14.857</b>	29.601	(15.635)	13.966

#### b) Consolidado

	% - Taxa depreciação	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Terrenos	0	-	-	-	14.452	-	14.452
Prédios	4	-	-	-	15.786	(790)	14.996
Acervo bibliográfico	10	8.674	(4.297)	4.377	7.976	(3.541)	4.435
Veículos	20	638	(437)	201	638	(337)	301
Equipamentos de informática	20	11.203	(5.724)	5.479	9.556	(4.233)	5.323
Máquinas e equipamentos	10	12.222	(5.876)	6.346	10.519	(5.071)	5.448
Móveis e utensílios	10	9.342	(3.327)	6.015	8.427	(2.620)	5.807
Instalações	10	763	(660)	103	719	(640)	79
Propriedade de arrendamento mercantil	4	31.064	(557)	30.507	-	-	-
Benfeitorias	(a)	4.603	(678)	3.925	1.868	(342)	1.526
Outras imobilizações	10	6.707	(639)	6.068	4.730	(428)	4.302
		<b>85.216</b>	<b>(22.195)</b>	<b>63.021</b>	74.671	(18.002)	56.669

(a) Benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se aos gastos com reformas nos campi nos quais os imóveis são alugados. A amortização destas benfeitorias está sendo realizada de acordo com o prazo previsto no respectivo contrato de locação, a taxa é de 4% a 10% ao ano, sendo este menor do que a vida útil da benfeitoria.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8.Imobilizado--continuação

A demonstração da movimentação imobilizado nos exercícios de 2017 e 2016 é a seguinte:

a) Controladora

Custo	Controladora - Movimentação								
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclass.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2017
Acervo bibliográfico	6.879	193	-	-	7.072	259	-	-	7.331
Veículos	300	9	-	-	309	-	-	-	309
Equipamentos de informática	4.823	524	(91)	-	5.256	524	(101)	-	5.679
Máquinas e equipamentos	7.820	711	(104)	-	8.427	1.137	(20)	-	9.544
Móveis e utensílios	2.963	433	(36)	-	3.360	256	(24)	-	3.592
Instalações	694	-	-	-	694	-	-	-	694
Benfeitorias	1.868	-	-	-	1.868	-	-	1.355	3.223
Outras imobilizações	1.642	1.221	-	(248)	2.615	1.170	-	(1.355)	2.430
<b>Total</b>	<b>26.989</b>	<b>3.091</b>	<b>(231)</b>	<b>(248)</b>	<b>29.601</b>	<b>3.346</b>	<b>(145)</b>	<b>-</b>	<b>32.802</b>

Custo	Controladora - Movimentação								
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclass.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2017
Acervo bibliográfico	(2.815)	(570)	-	-	(3.385)	(573)	-	-	(3.958)
Veículos	(220)	(28)	90	-	(248)	(24)	-	-	(272)
Equipamentos de informática	(3.003)	(650)	95	-	(3.563)	(654)	80	-	(4.137)
Máquinas e equipamentos	(4.471)	(522)	34	-	(4.898)	(591)	13	-	(5.476)
Móveis e utensílios	(2.020)	(148)	-	-	(2.134)	(173)	21	-	(2.286)
Instalações	(619)	(20)	-	-	(639)	(15)	-	-	(654)
Benfeitorias	(155)	(186)	-	-	(341)	(260)	-	-	(601)
Outras imobilizações	(301)	(126)	-	-	(427)	(134)	-	-	(561)
<b>Total</b>	<b>(13.604)</b>	<b>(2.250)</b>	<b>219</b>	<b>(248)</b>	<b>(15.635)</b>	<b>(2.424)</b>	<b>114</b>	<b>-</b>	<b>(17.945)</b>
	<b>13.385</b>	<b>841</b>	<b>(12)</b>	<b>(248)</b>	<b>13.966</b>	<b>922</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>	<b>14.857</b>

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Imobilizado--continuação

#### b) Consolidado

	Consolidado - Movimentação								
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclass.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017
<b>Custo</b>									
Terrenos	14.452	-	-	-	14.452	-	(14.452)	-	-
Prédios	15.786	-	-	-	15.786	-	(15.786)	-	-
Acervo bibliográfico	7.637	304	35	-	7.976	698	-	-	8.674
Veículos	629	9	-	-	638	-	-	-	638
Equipamentos de informática	7.412	2.235	(91)	-	9.556	1.768	(121)	-	11.203
Máquinas e equipamentos	9.466	1.157	(104)	-	10.519	1.725	(22)	-	12.222
Móveis e utensílios	7.537	926	(36)	-	8.427	950	(35)	-	9.342
Instalações	706	25	(12)	-	719	44	-	-	763
Propriedade em arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	31.064	-	-	31.064
Benfeitorias em propriedades de terceiros	1.868	-	-	-	1.868	-	-	2.735	4.603
Outras imobilizações	2.171	3.336	(3)	(774)	4.730	4.712	-	(2.735)	6.707
<b>Subtotal</b>	<b>67.664</b>	<b>7.992</b>	<b>(211)</b>	<b>(774)</b>	<b>74.671</b>	<b>40.961</b>	<b>(30.416)</b>	<b>-</b>	<b>85.216</b>

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Imobilizado--continuação

#### b) Consolidado

	Consolidado - Movimentação								
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclass.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf..	Saldos em 31/12/2017
<b>Depreciação</b>									
Prédios	-	(790)	-	-	(790)	(145)	935	-	-
Acervo bibliográfico	(2.815)	(726)	-	-	(3.541)	(756)	-	-	(4.297)
Veículos	(220)	(117)	-	-	(337)	(100)	-	-	(437)
Equipamentos de informática	(3.003)	(1.320)	90	-	(4.233)	(1.571)	80	-	(5.724)
Máquinas e equipamentos	(4.471)	(696)	96	-	(5.071)	(818)	13	-	(5.876)
Móveis e utensílios	(2.020)	(634)	34	-	(2.620)	(729)	22	-	(3.327)
Instalações	(619)	(21)	-	-	(640)	(20)	-	-	(660)
Propriedade em arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	(557)	-	-	(557)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(155)	(187)	-	-	(342)	(336)	-	-	(678)
Outras imobilizações	(302)	(126)	-	-	(428)	(211)	-	-	(639)
<b>Subtotal</b>	<b>(13.605)</b>	<b>(4.617)</b>	<b>220</b>	<b>-</b>	<b>(18.002)</b>	<b>(5.243)</b>	<b>1.050</b>	<b>-</b>	<b>(22.195)</b>
<b>Total</b>	<b>54.059</b>	<b>3.375</b>	<b>9</b>	<b>(774)</b>	<b>56.669</b>	<b>35.718</b>	<b>(29.366)</b>	<b>-</b>	<b>63.021</b>



## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Imobilizado--continuação

#### Arrendamentos mercantis financeiros

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 31.069 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 701). Houveram adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 31.064 (Não houve adições ao imobilizado durante o exercício 2016) de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

Abaixo é apresentada a movimentação:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo anterior	701	841
(+) Adição	31.064	-
(-) Amortização	(696)	(140)
<b>Saldo final</b>	<b>31.069</b>	<b>701</b>

### 9. Intangível

É composto por:

#### a) Controladora

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Marca	206	-	206	206	-	206
Software	2.373	(2.112)	261	2.153	(1.852)	301
	<b>2.579</b>	<b>(2.112)</b>	<b>467</b>	<b>2.359</b>	<b>(1.852)</b>	<b>507</b>

#### b) Consolidado

Descrição	% taxa de amortização	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Ágio (b)	(b)						
CEUNSP (a)	-	63.218	-	63.218	70.981	-	70.981
CEUNSP (a)							
Marca	4% a.a	10.787	(820)	9.967	10.787	(410)	10.377
Relacionamento com clientes	11% a.a	6.082	(2.434)	3.648	6.082	(1.217)	4.865
Cláusula de Não-Concorrência	20% a.a	8.171	(3.268)	4.903	8.171	(1.634)	6.537
Marca	-	206	-	206	206	-	206
Software	20% a.a	3.267	(2.730)	537	2.952	(2.312)	640
		<b>91.731</b>	<b>(9.252)</b>	<b>82.479</b>	<b>99.179</b>	<b>(5.573)</b>	<b>93.606</b>

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Intangível--continuação

- (a) Ágio proveniente da aquisição em exercícios anteriores. Em atendimento ao ICPC 09, o saldo na Controladora está registrado na rubrica "Investimentos";  
(b) Ativos intangíveis com vida útil indefinida;

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

#### a) Controladora

Movimentação	% taxa amortização	Saldos em 31/12/2015	Reclassifi cação	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
<b>Custo</b>									
Marca	-	-	206	-	-	206			206
Software	10% a.a.	2.087	-	153	(87)	2.153	280	(60)	2.373
<b>Amortização</b>									
Software	10% a.a.	(1.613)	-	(326)	87	(1.852)	(320)	60	(2.112)
<b>Total</b>		<u>474</u>	<u>206</u>	<u>(173)</u>	<u>-</u>	<u>507</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>467</u>

#### b) Consolidado

Movimentação	Vida útil	Saldos em 31/12/2015	Reclassific ação	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
<b>Custo</b>									
<b>Ágio</b>									
Ceunsp - Ágio rentabilidade futura (a)	indefinida	70.981	-	-	-	70.981	-	(7.763)	63.218
<b>Outros Intangíveis</b>									
Marca	definida	10.261	526	-	-	10.787	-	-	10.787
Relacionamento com clientes	definida	6.082	-	-	-	6.082	-	-	6.082
Cláusula de Não - Concorrência	definida	8.171	-	-	-	8.171	-	-	8.171
Marca	Indefinida	-	206	-	-	206	-	-	206
Software	definida	2.846	-	254	(148)	2.952	384	(69)	3.267
<b>Total do Custo</b>		<u>98.341</u>	<u>732</u>	<u>254</u>	<u>(148)</u>	<u>99.179</u>	<u>384</u>	<u>(7.832)</u>	<u>91.731</u>

Consolidado Movimentação	% taxa de amortização	Saldos em 31/12/2015	Reclassifi cação	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
<b>Amortização</b>									
<b>Alocação preço de compra - CEUNSP</b>									
Marca	4% a.a	-	-	(410)	-	(410)	(410)	-	(820)
Relacionamento com clientes	11% a.a	-	-	(1.217)	-	(1.217)	(1.217)	-	(2.434)
Cláusula de Não - Concorrência	20% a.a	-	-	(1.634)	-	(1.634)	(1.634)	-	(3.268)
Software		(1.613)	-	(785)	86	(2.312)	(557)	139	(2.730)
<b>Total da Amortização</b>		<u>(1.613)</u>	<u>-</u>	<u>(4.046)</u>	<u>86</u>	<u>(5.573)</u>	<u>(3.818)</u>	<u>139</u>	<u>(9.252)</u>
<b>Total</b>		<u>96.728</u>	<u>732</u>	<u>(3.792)</u>	<u>(62)</u>	<u>93.606</u>	<u>(3.434)</u>	<u>(7.693)</u>	<u>82.479</u>

- a) Sujeito a teste de recuperabilidade ("impairment test");

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Intangível--continuação**

Os ativos classificados como "Software" correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e sua controlada, sua taxa de amortização é fixada em 10% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência perpétua e 100% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência de 12 meses.

O ágio gerado na aquisição é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

A parcela do ágio não alocada foi identificada através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

A Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) cada entidade existente, conforme disposto no item 5, do CPC 01.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados (2017 e 2016)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto, e ganho de margem anual pelo período de 5 anos, conforme abaixo:

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Intangível--continuação

<u>Ágio na aquisição de participações</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2017</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2016</u>
CEUNSP	14.4%	63.218	16,4%	70.981

#### *Taxa de desconto*

A taxa de desconto da unidade geradora de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGC e na média ponderada do custo de capital da Companhia.

#### *Taxa de crescimento*

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa da UGC. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

#### *Crescimento do EBITDA projetado*

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foram baseados na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento de receita através de inserção de novos produtos e serviços, reposicionamento de preços e captação de alunos advindos de novas praças;
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campus adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

#### *Análise de sensibilidade das premissas*

A Administração identificou duas premissas principais, que são números de alunos e reajuste de mensalidades, para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de 5% e ganhos de margem anuais de 2%, principalmente pela consideração da unidade adquiridas na sua fase pré-operacional ou com baixo volume de alunos, as taxas de crescimento de receita satisfazem o valor estipulado, uma vez que a base inicial de alunos é baixa se comparado a maturação.

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Intangível--continuação**

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que a UGC quando adquirida não apresenta gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

#### *Valorização da carteira de alunos*

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontando, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Foram consideradas as informações gerenciais fornecidas pela administração:

- a) Quantidade de alunos: Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de 2,0% a.a.;
- b) Mensalidade: considerou-se o preço verificado nas demonstrações gerenciais na data-base da avaliação corrigido pela inflação IPCA por todo o período projetivo;
- c) Foi considerado um crescimento gradual do número de alunos até atingir o mesmo número observado no primeiro cenário ao final do período de projeção;

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Conta garantida	(a) Taxa CDI + 6,17% a.a	23	-	123	-
Contratos de arrendamento mercantil	(b) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	164	605	164	740
		<b>187</b>	<b>605</b>	<b>287</b>	<b>740</b>
<b>Circulante</b>		<b>187</b>	<b>493</b>	<b>287</b>	<b>628</b>
<b>Não circulante</b>		<b>-</b>	<b>112</b>	<b>-</b>	<b>112</b>

a) Conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.;

b) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento mercantil.

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2017 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	112	112
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>112</b>

### 11. Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
1ª Emissão - Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 2,85% a.a.	121.759	121.877	121.759	121.877
		<b>121.759</b>	<b>121.877</b>	<b>121.759</b>	<b>121.877</b>
<b>Circulante</b>		<b>24.159</b>	<b>355</b>	<b>24.159</b>	<b>355</b>
<b>Não circulante</b>		<b>97.600</b>	<b>121.522</b>	<b>97.600</b>	<b>121.522</b>

Em 19 de abril de 2017, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado "Instrumento Particular de Escritura Pública da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações", de emissão da Companhia, no valor de R\$122.000, por meio da emissão de 122 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000 ("Valor Nominal Unitário"). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 67 meses e 13 dias contados a partir da data de emissão, com vencimento em 22 de dezembro de 2021. Foram contabilizados gastos com a emissão das debêntures no montante de: R\$203 (Comissão de Distribuição e Garantia Firme do Banco Bradesco) + R\$63 (comissão de estruturação do Banco Bradesco) + R\$285 (Custas e Emolumentos de 4 cartórios distintos para registro de todos os documentos da operação, inclusive garantias) + R\$150 (honorários advocatícios e de peritos).

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **11. Debêntures--continuação**

O valor nominal unitário será amortizado semestralmente, a 1ª parcela em 22 de junho de 2018, a 2ª parcela em 22 de dezembro de 2018, a 3ª parcela em 22 de junho de 2019, a 4ª parcela em 22 de dezembro de 2019, a 5ª parcela em 22 de junho de 2020, a 6ª parcela em 22 de dezembro de 2020, a 7ª em 22 de junho de 2021 e a 8ª em dezembro de 2021 (data de vencimento), sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 7ª, a razão de 10% do valor nominal unitário, e a 8ª parcela a razão do saldo do valor nominal unitário, totalizando assim 100% de amortização do valor nominal.

A Remuneração será paga, a partir da data de emissão, em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de junho de 2017 e o último pagamento na data de vencimento (ou na data em que ocorrer a declaração do vencimento antecipado ou o resgate antecipado facultativo total das debêntures). A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 2.85% a.a.

#### *Cláusulas restritivas (“Covenants”)*

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, o resultado da relação entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA da emissora não poderá ser superior a 3x. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

#### *Garantias*

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Ceunsp decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária da quotas da Ceunsp; (iii) alienação fiduciária do imóvel da Ceunsp localizado na cidade de Salto, Estado de São Paulo, e registrado soa a matrícula no 32.877, do Cartório do Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Salto; e (iv) fiança de sua controladora, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

Adicionalmente de forma a garantir o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes das debêntures e sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, a Companhia e o Sr. Fábio Ferreira Figueiredo alienaram fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, ações ordinárias de emissão da Unifran, correspondentes a 100% do capital social da Unifran, assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia, o garantidor e o agente fiduciário.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Debêntures--continuação

Em 31 de dezembro de 2017, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado
2019	24.400
2020	24.400
2021	24.400
Acima de 2021	24.400
<b>Total</b>	<b>97.600</b>

### 12. Obrigações de arrendamento mercantil

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor presente	Valor presente	Valor presente	Valor presente
	Pagamentos dos mínimos	Pagamentos dos mínimos	Pagamentos dos mínimos	Pagamentos dos mínimos
Dentro de um ano	<b>1.498</b>	2.623	-	-
Entre um ano e cinco anos	<b>64.400</b>	27.317	-	-
Total arrendamento mercantil	<b>65.898</b>	29.940	-	-
Encargos financeiros (i)	<b>(35.958)</b>	-	-	-
Valor presente	<b>29.940</b>	29.940	-	-
Circulante	1.282			
Não circulante	28.658			

- (i) Durante o exercício de 2017 foi apropriado ao resultado do exercício como resultado financeiro o montante de R\$ 1.498, a descrição da operação foi detalhada na nota explicativa 26.



## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13.Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar	<b>2.840</b>	3.003	<b>4.199</b>	4.579
Provisão para férias e encargos	<b>2.781</b>	3.786	<b>3.422</b>	3.806
FGTS a recolher	<b>518</b>	525	<b>740</b>	762
INSS a recolher	<b>1.364</b>	1.313	<b>2.309</b>	2.105
Outras obrigações	<b>992</b>	19	<b>1.018</b>	27
<b>Total</b>	<b>8.495</b>	8.646	<b>11.688</b>	11.279

### 14.Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRRF a recolher	<b>1.485</b>	1.481	<b>2.027</b>	2.022
Impostos retidos	<b>83</b>	41	<b>203</b>	180
ISS a recolher	<b>1.244</b>	1.101	<b>1.385</b>	1.226
IRPJ e CSLL	<b>438</b>	270	<b>459</b>	287
PIS e COFINS a recolher	<b>254</b>	143	<b>300</b>	217
REFIS (a)	<b>2.894</b>	422	<b>2.894</b>	422
Parcelamentos (b)	<b>333</b>	3.893	<b>333</b>	3.893
<b>Total</b>	<b>6.731</b>	7.351	<b>7.601</b>	8.247
<b>Circulante</b>	<b>5.117</b>	4.477	<b>5.987</b>	5.373
<b>Não circulante</b>	<b>1.614</b>	2.874	<b>1.614</b>	2.874

(a) Parcelamento REFIS IV: Em 27 de maio de 2009, a controladora Unifran aderiu ao parcelamento por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, denominado "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei imposta na confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da RFB, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre estes débitos. Este parcelamento prevê, entre outras: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros, cuja consolidação dos débitos ocorreu no ano de 2011.

(b) Parcelamento PPI Município de São Paulo e Franca: A controladora Unifran aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, destinado a promover a recuperação de créditos tributários a favor do Município, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não. Sobre os débitos tributários incluídos no PPI incidem atualização monetária, multa e juros de mora.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15.Partes relacionadas

#### Consolidado

	31/12/2017		31/12/2016	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Motriz Participações Ltda.	280	(2.623)	-	-
	<b>280</b>	<b>(2.623)</b>	-	-

### 16.Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	858	226	960	231
Processos trabalhistas	5.483	1.586	7.096	3.191
<b>Total</b>	<b>6.341</b>	<b>1.812</b>	<b>8.056</b>	<b>3.422</b>

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrito abaixo:

	Controladora		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	188	1.165	1.353
Adições / (Reversões)	38	421	459
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	226	1.586	1.812
Adições / (Reversões)	632	3.897	4.529
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>858</b>	<b>5.483</b>	<b>6.341</b>

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16.Provisão para demandas judiciais--continuação

	Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	194	2.362	2.556
			866
Adições / (Reversões)	37	829	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	231	3.191	3.422
Adições / (Reversões)	<b>729</b>	<b>3.905</b>	<b>4.634</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>960</b>	<b>7.096</b>	<b>8.056</b>

#### Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$960 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 231 em 31 de dezembro de 2016).

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

#### Processos trabalhistas com perda provável

Os principais processos trabalhistas são referentes a horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo interjornada e intrajornada, diferenças de salário por redução de carga horária de professores e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$ 7.096 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.191 em 31 de dezembro de 2016).

#### Ressarcimento para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Parte dos processos da controlada Ceunsp referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Unifran, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R\$ 14.000, da mesma forma, a Companhia e suas subsidiárias possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da Unifran, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16.Provisão para demandas judiciais--continuação

#### Processos com perda possível

A Companhia e sua controlada possui os seguintes processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	1.418	1.052	1.601	1.256
Processos tributários	13.888	12.341	13.889	12.342
Processos trabalhistas	1.347	2.391	3.460	4.486
<b>Total</b>	<b>16.653</b>	<b>15.784</b>	<b>18.950</b>	<b>18.084</b>

#### Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 1.601 (R\$ 1.256 em 31 de dezembro de 2016).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda possível podemos destacar:

Ação indenizatória proposta contra a Companhia por estudantes que alegam terem sido vítimas de estelionato por indivíduo que se passava por tutora representante de polo de cursos supostamente ofertados pela Companhia na cidade de Nova Ponte- MG, tendo matriculado tais alunos, realizado atividades e recebido valores de mensalidades, sem o conhecimento e autorização da Companhia. Pleiteiam o reconhecimento das atividades realizadas perante a suposta tutora, regularização de sua vida acadêmica, convalidação dos estudos sem custos. Alternativamente, na impossibilidade de convalidação, pleitearam a restituição dos valores pagos a título de mensalidade, cujo valor não foi indicado na inicial e indenização por danos morais. Foi considerado pelos advogados o valor de R\$40 como possível perda.

#### Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$3.460 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.486 em 31 de dezembro de 2016).

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16.Provisão para demandas judiciais--continuação

#### Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributaria com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$ 13.889 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 12.342 em 31 de dezembro de 2016).

Dentre os principais processos podemos destacar:

Há 10 processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a Companhia discutindo principalmente verbas que integram base de cálculo para recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando risco possível avaliado em R\$13.259. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Companhia por sua controladora atual, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

### 17.Obrigações por aquisições de participações societárias

	<u>Controladora e consolidado</u>
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	15.026
(+) Juros	1.054
(-) Pagamento	<u>(5.357)</u>
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>10.723</b>
(+) Juros	<b>(53)</b>
(-) Pagamento	<b><u>(2.655)</u></b>
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>8.015</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.015</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>5.000</b>

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18.Receita diferida

<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<u>-</u>
(+) receita diferida com venda de imóvel	14.442
(-) Apropriação	<u>(602)</u>
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<u>13.840</u>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>842</b>
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>12.998</b>

#### Propriedade de arrendamento mercantil

A controlada indireta Ceunsp celebrou em 20 de março de 2017 o compromisso de venda e compra de bem imóvel com Motriz Participações Ltda, em seguida realizou o arrendamento do imóvel, no mesmo dia em 20 de março de 2017, essa operação foi tratada com o conceito de que trata o CPC 06, "sendo o contrato de arrendamento realizado com o prazo de vinte anos.

O valor da venda foi de R\$ 25.500 "vide notas explicativa 6" com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulados em contrato. O ganho de capital com o arrendamento foi de R\$ 14.442, sendo esta receita em receita diferida contabilizada em receitas diferidas, para apropriações mensais durante 20 anos.

Em ato contínuo foi celebrado o contrato entre de arrendamento mercantil, cujo objeto foi a contratação do direito de utilização da propriedade em poder da Motriz Participações Ltda., para utilização em sua atividade operacional, pelo prazo de 20 anos, no valor de R\$67.023, a ser pago em 240 parcelas, ajustado pelo IGPM, com prorrogações onerosas previstas, após esse prazo, conforme descrito na nota explicativa 12.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19.Mudanças nos passivos

	<b>Controladora</b>					
	31 de dezembro de 2017					
	Em 1º de janeiro de 2017	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos circulante	493	(890)	472	-	112	187
Empréstimos e financiamentos não circulante	112	-	-	-	(112)	-
Debêntures a pagar circulante	355	(15.724)	15.606	-	23.922	24.159
Debêntures a pagar não circulante	121.522	-	-	-	(23.922)	97.600
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	3.223	(2.655)	(53)	-	2.500	3.015
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	7.500	-	-	-	(2.500)	5.000
<b>Total</b>	<b>133.205</b>	<b>(19.269)</b>	<b>16.025</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>129.961</b>

	<b>Consolidado</b>					
	31 de dezembro de 2017					
	Em 1º de janeiro de 2017	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações (*)	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos circulante	628	(1.140)	687	-	112	287
Empréstimos e financiamentos não circulante	112	-	-	-	(112)	-
Debêntures a pagar circulante	355	(15.724)	15.606	-	23.922	24.159
Debêntures a pagar não circulante	121.522	-	-	-	(23.922)	97.600
Obrigações de arrendamento mercantil circulante	-	(2.622)	1.498	2.406	-	1.282
Obrigações de arrendamento mercantil não circulante	-	-	-	28.658	-	28.658
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	3.223	(2.655)	(53)	-	2.500	3.015
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	7.500	-	-	-	(2.500)	5.000
<b>Total</b>	<b>133.340</b>	<b>(22.141)</b>	<b>17.738</b>	<b>31.064</b>	<b>-</b>	<b>160.001</b>

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19.Mudanças nos passivos--continuação

	<b>Controladora</b>					
	31 de dezembro de 2016					
	Em 1º de janeiro de 2015	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2016
Empréstimos e financiamentos circulante	122.776	(9.433)	8.749	-	(121.599)	493
Empréstimos e financiamentos não circulante	465	-	-	-	(353)	112
Debêntures a pagar circulante	-	(12.406)	12.331	-	430	355
Debêntures a pagar não circulante	-	-	-	-	121.522	121.522
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	5.026	(5.357)	1.054	-	2.500	3.223
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	10.000	-	-	-	(2.500)	7.500
<b>Total</b>	<b>138.267</b>	<b>(27.196)</b>	<b>22.134</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>133.205</b>

	<b>Consolidado</b>					
	31 de dezembro de 2016					
	Em 1º de janeiro de 2015	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2016
Empréstimos e financiamentos circulante	123.118	(9.833)	8.942	-	(121.599)	628
Empréstimos e financiamentos não circulante	465	-	-	-	(353)	112
Debêntures a pagar circulante	-	(12.406)	12.331	-	430	355
Debêntures a pagar não circulante	-	-	-	-	121.522	121.522
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	5.026	(5.357)	1.054	-	2.500	3.223
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	10.000	-	-	-	(2.500)	7.500
<b>Total</b>	<b>138.609</b>	<b>(27.596)</b>	<b>22.327</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>133.340</b>

(\*) Efeito não caixa



## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20.Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R\$ 27.700 (R\$ 22.000 em 31 de dezembro de 2016) composto por 400.182 (400.182 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	400.181	100.00%	400.181	100.00%
Acionistas Pessoa Física	1	0,00%	1	0,00%
	<b>400.182</b>	<b>100%</b>	<b>400.182</b>	<b>100%</b>

- i. Em 29 de abril de 2016, houve aumento de capital de R\$ 15.131, através da reserva para futuro aumento de capital, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 400.182 ações.
- ii. Em 23 de março de 2017, houve aumento de capital de R\$5.700, através da reserva de lucros, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 400.182 ações.

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da lei das sociedades por ação.

#### c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, "o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos".

#### d) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

O demonstrativo e a movimentação dos dividendos são conforme segue:

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20.Patrimônio líquido--continuação

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	<b>25.697</b>	32.752
Base para reserva legal	<b>25.697</b>	32.752
Constituição para reserva legal (i)	<b>(1.285)</b>	(1.638)
Base para dividendo mínimo obrigatório	<b>24.412</b>	31.114
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<b>(6.103)</b>	(7.779)
Dividendos adicionais	<b>(15.911)</b>	(19.321)
Destinação para reserva de retenção de lucros	<b>(2.398)</b>	(4.014)

(i) A Administração da Companhia destinou parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal até o montante equivalente a 20% do capital social.

O Art. 199 da lei das S.A. prevê que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

### 21.Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

<u>Lucro por ação (básico e diluído)</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	<b>25.697</b>	32.752
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação	<b>400.182</b>	400.182
Lucro por ação em R\$	<b>64,21</b>	81,84

## **ACEF S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

### **22.1 Instrumentos financeiros**

As atividades da Companhia e/ou sua controlada as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou sua controlada apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

#### *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos a pagar e aplicações financeiras.

#### *Risco de taxa de juros*

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre empréstimos e financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas explicativas 10 e 11, respectivamente.

#### *Sensibilidade à taxa de juros*

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e sua controlada são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2017, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22.Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

### 22.1 Instrumentos financeiros--continuação

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2017:

Cenário em 31 de dezembro de 2017 (Controladora):

Operação	Risco	Taxa	31/12/2017	Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 6,5%)	26.687	24.952	23.736	24.141
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 6,5%)	187	199	215	219
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 6,5%)	121.759	129.673	140.209	142.316

  

Operação	Risco	Taxa	31/12/2017	Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 6,5%)	39.612	37.037	35.232	35.834
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 6,5%)	287	306	330	335
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 6,5%)	121.759	129.673	140.209	142.316
Obrigações de arrendamento mercantil	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGP-M)	(IGP-M -0,53%)	29.940	29.781	29.663	29.702

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22.Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

### 22.1 Instrumentos financeiros--continuação

O risco de crédito dos alunos é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

#### *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e sua controlada têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

#### *Risco de liquidez*

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Passivos financeiros	31/12/2016							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	493	112	-	605	628	112	-	740
Debêntures a pagar	355	48.800	72.722	121.877	355	48.800	72.722	121.877
Fornecedores	1.252	-	-	1.252	2.111	-	-	2.111
Obrigações tributárias	4.477	2.874	-	7.351	5.373	2.874	-	8.247
Obrigações por aquisição de participação societária	3.223	5.000	2.500	10.723	3.223	5.000	2.500	10.723
<b>Total</b>	<b>9.800</b>	<b>56.786</b>	<b>75.222</b>	<b>141.808</b>	<b>11.690</b>	<b>56.786</b>	<b>75.222</b>	<b>143.698</b>

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22.Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

### 22.1 Instrumentos financeiros--continuação

Passivos financeiros	31/12/2017							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	187	-	-	187	287	-	-	287
Debêntures a pagar	24.159	48.800	48.800	121.759	24.159	48.800	48.800	121.759
Fornecedores	1.437	-	-	1.437	1.935	-	-	1.935
Obrigações tributárias	5.117	1.614	-	6.731	5.987	1.614	-	7.601
Obrigações por aquisição de participação societária	3.015	2.500	2.500	8.015	3.015	2.500	2.500	8.015
Obrigações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	1.282	1.562	27.096	29.940
<b>Total</b>	<b>33.915</b>	<b>52.914</b>	<b>51.300</b>	<b>138.129</b>	<b>36.665</b>	<b>54.476</b>	<b>78.396</b>	<b>169.537</b>

### Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	287	740
Debêntures a pagar	121.759	121.877
Obrigações de arrendamento mercantil	29.940	-
( - ) Caixa e equivalentes de caixa	(39.612)	(13.523)
( = ) Dívida Líquida	112.374	109.094
Patrimônio líquido	43.429	39.746
Dívida líquida e patrimônio líquido	155.803	148.840

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22.Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

### 22.2 Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da consolidado:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	<b>39.612</b>	13.523	<b>39.612</b>	13.523
Contas a receber (Nota 5)	<b>33.656</b>	28.413	<b>33.656</b>	28.413
Outros créditos	<b>28.645</b>	3.575	<b>28.645</b>	3.575
<b>Total</b>	<b>101.913</b>	45.511	<b>101.913</b>	45.511
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	<b>287</b>	740	<b>285</b>	743
Debêntures a pagar (Nota 11)	<b>121.759</b>	121.877	<b>120.736</b>	122.596
Fornecedores	<b>1.935</b>	2.111	<b>1.935</b>	2.111
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 17)	<b>8.015</b>	10.723	<b>8.015</b>	10.723
Obrigações de arrendamento mercantil	<b>29.940</b>	-	<b>29.782</b>	-
<b>Total</b>	<b>161.936</b>	135.451	<b>160.753</b>	136.173

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os seguintes métodos e premissas seguintes foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável:

- Os valores de contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivos circulantes se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras.
- O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures aproxima-se do valor justo, pois seus valores de mercado não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

#### Hierarquia do valor justo

A Companhia não possuía instrumentos financeiros ativos e passivos contabilizados a valor justo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>27.119</b>	33.946	<b>27.225</b>	33.971
Alíquota fiscal combinada	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
Imposto pela alíquota combinada	<b>(9.220)</b>	(11.542)	<b>(9.257)</b>	(11.550)
Adições:				
Despesas não dedutíveis (i)	<b>(10.214)</b>	(655)	<b>(9.382)</b>	(2.436)
Exclusões:				
Outras exclusões	<b>138</b>	330	<b>1.030</b>	330
Equivalência patrimonial	<b>4.118</b>	1.203	-	-
Outros itens:				
Compensação de prejuízos fiscais	-	17	<b>957</b>	732
Total isenção - PROUNI	<b>13.756</b>	9.453	<b>15.124</b>	11.705
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<b>(1.422)</b>	(1.194)	<b>(1.528)</b>	(1.219)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<b>(1.422)</b>	(1.194)	<b>(1.528)</b>	(1.219)
	<b>(1.422)</b>	(1.194)	<b>(1.528)</b>	(1.219)

(i) As principais adições são oriundas das provisões para demandas judiciais e a amortização de intangíveis alocados em combinações de negócios da controlada diretas CEUNSP, que de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (RIR), artigos 249 (provisão) e 386 (ágio), não são despesas dedutíveis.

### 24. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta				
Cursos de graduação	<b>338.448</b>	265.388	<b>445.704</b>	345.793
Cursos de pós-graduação	<b>9.405</b>	6.112	<b>10.888</b>	7.236
Cursos técnicos e colégio	<b>12.007</b>	10.857	<b>26.148</b>	22.462
Outras receitas	<b>1.720</b>	1.511	<b>1.844</b>	3.012
	<b>361.580</b>	283.868	<b>484.584</b>	378.503
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	<b>(136.900)</b>	(93.700)	<b>(175.645)</b>	(111.147)
Devoluções de mensalidades e taxas	<b>(7.137)</b>	(1.101)	<b>(9.176)</b>	(2.314)
Tributos	<b>(6.414)</b>	(5.318)	<b>(8.816)</b>	(7.721)
Receita líquida	<b>211.129</b>	183.749	<b>290.947</b>	257.321



## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25.Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários e encargos sociais	<b>(85.084)</b>	(79.507)	<b>(125.565)</b>	(124.243)
Depreciação de imobilizado	<b>(2.424)</b>	(2.250)	<b>(5.243)</b>	(4.617)
Amortização do software	<b>(320)</b>	(326)	<b>(557)</b>	(785)
Amortização do intangível	-	-	<b>(3.261)</b>	(3.261)
Aluguel e condomínio	<b>(8.044)</b>	(7.172)	<b>(10.789)</b>	(10.273)
Energia elétrica, água e telefone	<b>(2.027)</b>	(2.040)	<b>(3.462)</b>	(3.700)
Utilidades, limpeza e segurança	<b>(1.311)</b>	(878)	<b>(5.880)</b>	(5.034)
Publicidade e propaganda	<b>(7.507)</b>	(3.619)	<b>(9.257)</b>	(5.312)
Serviços de terceiros	<b>(21.547)</b>	(17.646)	<b>(23.753)</b>	(20.330)
Manutenção e reparos	<b>(1.151)</b>	(1.098)	<b>(1.954)</b>	(2.841)
Materiais de consumo	<b>(2.638)</b>	(3.125)	<b>(4.672)</b>	(5.061)
Provisão para demandas judiciais	<b>(4.529)</b>	(459)	<b>(4.634)</b>	(866)
Custos com parceria	<b>(3.480)</b>	(1.972)	<b>(3.510)</b>	(1.972)
Custos pedagógicos	<b>(1.079)</b>	(1.144)	<b>(1.182)</b>	(1.337)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(9.213)</b>	(7.149)	<b>(13.479)</b>	(7.981)
Baixa de imobilizado e intangível	<b>(25.961)</b>	(12)	<b>(25.399)</b>	(53)
Outras	<b>(401)</b>	(528)	<b>501</b>	(1.447)
	<b>(176.716)</b>	(128.925)	<b>(242.096)</b>	(199.113)
<b>Classificadas como:</b>				
Custos dos serviços prestados	<b>(106.273)</b>	(92.447)	<b>(152.907)</b>	(144.633)
Despesas gerais e administrativas	<b>(30.155)</b>	(28.914)	<b>(40.868)</b>	(39.630)
Depreciação e amortização	<b>(2.744)</b>	(2.576)	<b>(9.061)</b>	(8.663)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(9.213)</b>	(7.149)	<b>(13.479)</b>	(7.981)
Outras despesas operacionais, líquidas	<b>(28.331)</b>	2.161	<b>(25.781)</b>	1.794
	<b>(176.716)</b>	(128.925)	<b>(242.096)</b>	(199.113)

### 26.Resultado financeiro

#### 26.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas sobre aplicações financeiras	<b>1.205</b>	1.130	1.454	1.182
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	<b>202</b>	301	489	367
Outras receitas	<b>1</b>	1	7	3
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>1.408</b>	1.432	1.950	1.552

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26.Resultado financeiro--continuação

#### 26.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controlada (a)	-	(1.054)	-	(1.054)
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	(1.675)	(290)	(1.820)	(1.069)
Tarifas bancárias	(1.479)	(1.164)	(2.091)	(1.342)
IOF	(17)	(27)	(36)	(55)
Juros bancários e multas	(1.565)	(977)	(1.838)	(996)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(472)	(8.749)	(687)	(8.942)
Encargos financeiros sobre debentures	(15.454)	(12.265)	(15.454)	(12.265)
Amortização do custo de captação	(152)	(66)	(152)	(66)
Ajuste a valor presente	-	-	(1.498)	-
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(20.814)</b>	<b>(24.592)</b>	<b>(23.576)</b>	<b>(25.789)</b>

(a) Refere-se a encargos financeiros aplicados sobre a parcela de contas a pagar por aquisição de participações societárias.

### 27.Compromissos

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados bens. Esses arrendamentos têm vida média entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Dentro de um ano	9.453	8.213
Após um ano, mas menos de cinco anos	34.890	33.001
Mais de 5 anos	105.910	106.043
	<b>150.253</b>	<b>147.257</b>

## ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27.Compromissos--continuação

As tabelas abaixo apresentam os compromissos referentes a arrendamentos mercantis financeiros

	Controladora			
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos
Dentro de um ano	265	187	346	321
Entre um á cinco anos	-	-	410	284
<b>Total Arrendamento Mercantil</b>	<b>265</b>	<b>187</b>	<b>756</b>	<b>605</b>
Encargos Financeiros	(78)	-	(151)	-
<b>Valor Presente</b>	<b>187</b>	<b>187</b>	<b>605</b>	<b>605</b>

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos
Dentro de um ano	368	287	490	386
Entre um á cinco anos	-	-	435	354
<b>Total Arrendamento Mercantil</b>	<b>368</b>	<b>287</b>	<b>925</b>	<b>740</b>
Encargos Financeiros	(81)	-	(185)	-
<b>Valor Presente</b>	<b>287</b>	<b>287</b>	<b>740</b>	<b>740</b>

### 28.Seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Importância segurada	
	31/12/2017	31/12/2016
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	120.000	120.000
Perda ou pagamento de aluguel	7.000	7.000
Tumultos, greves, lockout e atos dolosos	547	547
Queda de aeronave, fenômenos naturais, impacto de veículo terrestre e demais aéreo ou espacial	1.500	1.500
Danos elétricos	1.000	1.000
Outros	2.250	2.550
	<b>132.297</b>	<b>132.597</b>